NOSSA GENTE

Uma estatística que ainda cresce

A busca por cidadania dos homossexuais da Baixada Fluminense tem avancos e retrocessos, como nos demais movimentos sociais, embora os crimes de ódio contra essa comunidade se destaquem a nível internacional. Contudo, é lastimável que em pleno século 21 as pessoas seiam executadas e agredidas por motivo de ódio e preconceito.

Esta estatística é maior quando avançamos pelo interior do país ou por regiões como a Baixada, somando a toda essa problemática o alto índice de suicídios de jovens (LGBT), motivado pela discriminação no seio familiar e ao discurso homofóbico.

Por esse motivo, é grande a quantidade de jovens LGBT que ingressam no submundo das drogas e do crime, além da prostituição. Assim, muitos deles se encontram fora da escola por motivo de bulling.

Isso porque a unidade escolar, em vez de ser um espaco de crescimento humano, acaba sendo mais um instrumento de opressão na vida de muitos brasileiros. E porque pais e professores não buscam o entendimento para saber como lidar com os homossexuais.

NOVAS MEDIDAS

Todavia, nem tudo está perdido e já podemos contabilizar alguns avanços. O dia 28 de junho já se encontra no calendário oficial da cidade de Nova Iguaçu, desde 2011, como Dia Municipal do Orgulho LGBT. E temos um centro de referência de combate a homofobia na cidade de Duque de Caxias, mas que ainda é pouco para a demanda.

COORDENADORIA

Nova Iguaçu, que já foi o berço da criação dos primeiros grupos LGBT da Baixada Fluminense, criou a primeira coordenadoria sobre diversidade sexual da cidade. Além de preparar funcionários públicos para saber como lidar com o público LGBT, também oferece apoio social às famílias das vítimas de preconceito e homofobia.

POLÍTICA

Buscamos uma política pública capaz de aliviar o sofrimento da comunidade LGBT a curto e médio prazos, porque o amanhã é agora. Toda discriminação deve ser combatida.

Eugênio Ibiapigo é fundador do movimento LGBT da B

Meriti



Juracy Viveiros com a filha e sobrinhos: "Não tenho como pagar uma escola particular"

Sem repasse, creche fica sem professores

Prefeitura alega dívida federal para não repassar R\$ 382 mil de verba do Fundeb. Unidade atende de graça 156 crianças

Marcos Nunes inunes@extra.inf.br

A dificuldade de a Prefeitura de São João de Meriti de contornar entraves burocráticos pode deixar sem funcionamento uma creche-escola que atende gratuitamente 156 crianças, na faixa de 3 a 6 anos, na Vila São José. Credenciada para receber recursos federais e estaduais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a Associação Educacional Francisca Nubiana da Silva ainda não

viu nenhum centavo dos R\$ 382 mil que receberia em 2013. O dinheiro saiu dos cofres do Tesouro Nacional e foi enviado para o município da Baixada. Alegando que a creche tem pendências na prestação de contas e dívidas junto ao INSS, a prefeitura não repassou nenhuma parcela da verba para a instituição. Sem dinheiro, a escola não paga, há três meses, os salários de professores, secretárias, merendeiras, coordenadores e faxineira.

Dos 21 funcionários da ins-

tituição, só seis continuam trabalhando. Na última terça-feira pela manhã, uma secretária e uma coordenadora substituíam professoras em duas salas de aula. As docentes moram distante da creche e não foram trabalhar porque não tinham dinheiro para pagar a passagem de ônibus. No turno da tarde, duas das três professoras se demitiram pela falta de pagamento.

-A situação é constrangedora. Os funcionários não tem como se manter. Somos uma instituição filantrópica, que atende filhos de famílias de baixa renda. Não temos como suportar esta situação por muito tempo — disse a diretora Núbia da Silva.

Diretora: débito parcelado com INSS

A prefeitura alegou que a soverno, falhas na prestação com o INSS em e-mail ençaminhado em 12 de abril. O impasse teria sido resolvido no dia 19 do mesmo mês,

instituição admitiu a dívida de contas, solucionadas em agosto. Novo convênio foi assinado no dia 9 de setembro.

Mas Núbia diz que não há impedimento com o INSS,

com a emissão de uma certidão negativa. E que não há dúvida sobre os gastos feitos.

— Se a prefeitura não fizer o repasse, não continuaremos com a escola — disse a mas havia ainda, segundo o pois a dívida foi parcelada, coordenadora Iara Maria.